

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL E CONTROLE DEMOCRÁTICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE TÉCNICO-INSTITUCIONAL DO CONTENCIOSO FISCAL FEDERAL

*INSTRUMENTAL RATIONALITY AND DEMOCRATIC CONTROL
IN PUBLIC ADMINISTRATION: A TECHNICAL-INSTITUTIONAL
ANALYSIS OF FEDERAL TAX LITIGATION*

DIONE JESABEL WASILEWSKI

Doutoranda em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Especialista em Direito Tributário e Processual Tributário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Membro do Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR.
ORCID: [0000-0003-2509-144X].
dionewasilewski@yahoo.com.br

JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO

Doutor e Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR, com estágio de doutoramento na *Universidad Carlos III de Madrid* – UC3M/Espanha e de Pós-doutorado em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie/SP. Professor titular de Direito Administrativo da Estácio Goiás. Professor do PPGDP – Mestrado e Doutorado em Direito e Políticas Públicas, UFG.
ORCID: [0000-0002-1798-4603].
osorio.nascimento@gmail.com

DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.37.wasilewski>].

Recebido: 19.09.2023. Received: Sept. 19th, 2023.
Aceito: 25.11.2025. Accepted: Nov. 25th, 2025.

ÁREA DO DIREITO: Administrativo

RESUMO: O texto defende a hipótese de que a racionalidade formal e o mito da neutralidade das escolhas técnicas aplicados aos procedimentos administrativos são utilizados para acobertar práticas autoritárias, que impedem que se cumpram as previsões constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária e

ABSTRACT: The text defends the hypothesis that formal rationality and the myth of neutrality of technical choices applied to administrative procedures are used to cover up authoritarian practices, which prevent the fulfillment of the constitutional provisions of a free, fair and solidary society and the realization of social justice

de realização da justiça social através da ordem econômica. Utilizando o método teórico-descritivo, apresenta uma análise da sociedade como um sistema de relações de poder e da democracia como expressão da racionalidade e governo para o povo, para então abordar a racionalidade instrumental como um meio de neutralizar a burocracia estatal da incidência dos valores sociais. A partir desses referenciais teóricos, é realizado um estudo de caso envolvendo a distribuição da carga tributária no Brasil e o processo administrativo fiscal federal. Por fim, é apresentada uma ideia propositiva, relacionada à melhoria do controle democrático através da superação da análise meramente instrumental das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Tributação regressiva – Processo administrativo fiscal – Burocracia – Políticas públicas – Democracia.

through the economic order. Using the theoretical-descriptive method, it presents an analysis of society as a system of power relations and democracy as an expression of rationality and government for the people, and then approaches instrumental rationality as a means of neutralizing the state bureaucracy from the incidence of social values. Based on these theoretical frameworks, it presents a case study involving the distribution of the tax burden in Brazil and the federal tax administrative process. Finally, a propositional idea is developed, related to the improvement of democratic control through the overcoming of the merely instrumental analysis of public policies.

KEYWORDS: Regressive taxation – Tax administrative process – Bureaucracy – Public policies – Democracy.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Democracia como governo para o povo e democracia como racionalidade. 3. A burocracia estatal como instrumento de dominação. 4. A tributação regressiva e o processo administrativo fiscal federal como expressões do autoritarismo brasileiro. 5. Políticas públicas para além dos aspectos procedimentais. 6. Conclusão. 7. Referências.

1. INTRODUÇÃO

Produto do seu tempo, a Constituição da República de 1988 foi saudada com o otimismo que marcou as pretensões do fim da história.¹ Marco normativo do encerramento do longo período de recesso da dimensão política da cidadania,² foi recebida por teóricos de diversas áreas do conhecimento como o estatuto de uma nova configuração na relação entre Estado e sociedade, pela qual a dignidade do indivíduo, agora alçado a titular de novas pretensões relativas à ordem econômica e social, assumia a prioridade

1. Refere-se aqui à ideia de que, com o colapso do comunismo soviético, a democracia liberal teria vencido a guerra ideológica da modernidade, de forma que se esperava sua extensão a todos os países do mundo. MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Trad. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 17-18. FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14-15, 2006, p. 231. MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996 [1993]. p.11.

2. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 100; 123.